



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA GDG N. 859 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

Institui a Campanha Ecotônico do
Superior Tribunal de Justiça

O DIRETOR-GERAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 13.1, inciso X, alínea *b*, do Manual de Organização da Secretaria do Tribunal e considerando o disposto nos arts. 3º e 8º, incisos II e III, da Portaria GDG n. 293/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Ecotônico do Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo único: A Campanha Ecotônico tem o objetivo de sensibilizar os magistrados, servidores, prestadores de serviços, estagiários e visitantes do Superior Tribunal de Justiça para o descarte consciente de lixo eletrônico.

Art. 2º Para os fins desta portaria são adotadas as seguintes definições:

I – PEV – pontos de entrega voluntária;

II – lixo eletrônico: equipamentos eletroeletrônicos obsoletos, em desuso ou com defeito, suas peças, partes e componentes;

III – metarreciclagem: reapropriação de tecnologia com objetivo de transformação social;

Art. 3º O Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ definirá os PEV para descarte de lixo eletrônico.

§ 1º Serão disponibilizadas caixas identificadas com o nome da Campanha Ecotônico em três locais distintos e de fácil acesso.

§ 2º Podem ser descartados nos PEV os seguintes equipamentos, bem como suas peças e componentes:

I – computadores: microcomputadores, monitores (de tubo, LCD, LED e plasma), *notebooks*, servidores, teclados, *mouses*, *modems*, roteadores, impressoras, estabilizadores, *nobreaks*, *tonners* e cartuchos de impressoras;

II – portáteis: MP3 *players*, calculadoras e agendas eletrônicas;

III – câmeras fotográficas e filmadoras;

IV – televisores: televisão de tubo de imagem, LED, LCD e plasma;

V – mídias de armazenamento: CD, DVD, HD interno e externo;

VI – eletroeletrônicos: aparelhos de vídeo cassete, DVD *players*, aparelhos de som, controles remotos, fornos de micro-ondas, secadores e pranchas de cabelo;

VII – aparelhos telefônicos: telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, aparelhos digitais e analógicos com ou sem fio, aparelhos de fax e secretárias eletrônicas;

VIII – resíduos eletrônicos: baterias de *notebooks*, celulares e *nobreaks*, pilhas comuns e recarregáveis, chapas de raios X, cabos diversos, carregadores de bateria em geral, adaptadores de energia e painéis eletrônicos.

§ 3º Os equipamentos a serem descartados deverão estar com seus arquivos, registros, memórias ou dados pessoais, digitais ou analógicos, devidamente apagados pela pessoa que os está descartando, não respondendo o Superior Tribunal de Justiça pelo uso indevido destes por terceiros.

Art. 4º Compete à Seção de Administração de Edifícios o recolhimento diário dos equipamentos descartados e o acondicionamento do lixo eletrônico em contêineres, que deverão permanecer trancados até o descarte pelo STJ.

Art. 5º Todos os materiais descartados nos PEV serão encaminhados para destinação final ambientalmente adequada, podendo o Tribunal firmar parcerias com estações de metarreciclagem que preencham os seguintes requisitos:

I – capacitação de jovens carentes por meio de oficinas temáticas de formação técnica;

II – recondicionamento dos equipamentos de informática;

III – iniciativa de inclusão digital e destinação a bibliotecas, telecentros, laboratórios em escolas públicas, creches, entre outros locais.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO ANTONIO DO AMARAL CARVALHO